

Itamar nomeia comissão para investigar

SILVANA DE FREITAS

O presidente Itamar Franco designou ontem os sete membros que vão compor a comissão especial encarregada de investigar denúncias de corrupção e irregularidades no Executivo. O empresário Emerson Kapaz e os juristas Fábio Konder Comparato e Raymundo Faoro vão representar a sociedade civil na comissão que terá poderes para cancelar licitações, suspender contratos, sugerir exonerações. Também participarão os ministros aposentados do Superior Tribunal de Justiça, Evandro Gueiros Leite e Jerônimo Ferrante, o general da reserva Francisco Batista Torres de Melo e o ex-procurador-geral de Alagoas, Daniel Quintela Brandão.

A prioridade é aprofundar as investigações da CPI do Orçamento que envolvam nomes do Executivo, segundo o ministro da Administração Federal, Romildo Canhim, que

presidirá a comissão. O resultado das apurações será encaminhado ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas da União. Os trabalhos vão atingir também autarquias, fundações e empresas estatais, além da administração pública direta.

Os nomes dos sete membros foram definidos numa reunião entre Itamar, Canhim, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o ministro interino da Casa Civil, Tarcísio Cunha, e o ministro-chefe da Secretaria Geral, Mauro Durante. A idéia inicial era nomear apenas cinco notáveis, mas o presidente estendeu a composição para sete nomes, para ampliar a participação da sociedade civil, segundo Romildo Canhim.

O ministro Canhim está aguardando que a CPI do Orçamento encaminhe os primeiros documentos sobre corrupção no Executivo para iniciar as investigações. Ele disse

que pediu, há três semanas, o envio deste material. Mas, segundo Canhim, a comissão não vai se restringir a denúncias sobre corrupção no orçamento.

Qualquer acusação de corrupção ou irregularidade que for apresentada, inclusive através da Ouvidoria Geral da República, será submetida à apreciação da comissão que aprovará ou não a apuração em subcomissões. As subcomissões poderão abrir inquéritos administrativos, auditorias ou fazer investigações para submeter os resultados ao plenário da comissão.

O núcleo inicial de trabalho já está montado em salas dos ministérios da Integração Regional e da Administração Federal. As subcomissões contarão com o apoio de uma secretaria executiva que terá técnicos especializados em auditoria, controle interno, orçamento, pessoal, finanças e na área jurídica.

Sexta-feira, 7/1/94 • 5

corrupção